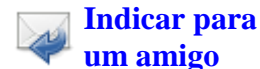


# Mineroduto: Assunto volta a ser discutido na Câmara

24/05/2011



A Câmara Municipal recebeu, na reunião desta terça-feira (24), o engenheiro agrônomo Bruno Cunha e a estudante de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Andressa Gonçalves, que trouxeram novamente a questão do mineroduto à pauta da reunião.

Andressa é bolsista do Projeto de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Pacab) e Bruno é perito colaborador do Projeto. Em sua explanação, Bruno teceu algumas considerações sobre a implantação do mineroduto na região de Viçosa. O mineroduto terá 400 km de extensão e afetará 18 municípios de Minas Gerais, num trajeto que vai de Congonhas a Presidente Kennedy, no Espírito Santo.

Segundo Bruno, a construção do mineroduto está trazendo problemas a muitas famílias, que estão tendo seus terrenos, e casas, desapropriados quando esses se encontram na rota da construção. Pelo fato de o mineroduto ter sido considerado de utilidade pública, a empresa responsável tem o direito de recorrer judicialmente caso os proprietários não aceitem o valor oferecido no terreno. Bruno questionou a forma como os valores dos terrenos estão sendo avaliados, considerando apenas suas dimensões.

A construção do mineroduto já gerou 337 ações judiciais em seis comarcas, um terço delas na região de Viçosa. Bruno recomendou que, para a melhor discussão da implantação do mineroduto, é necessária uma mobilização dos agricultores e proprietários dos locais atingidos e uma participação efetiva dos poderes públicos.

Os vereadores repercutiram a questão. O vereador Marcos Nunes (PT) lembrou que este é um assunto "caro" para os vereadores e que, inclusive, já foi realizada uma Audiência Pública sobre o projeto, na qual ele afirmou sua posição contrária. "Sinto que há falta de aprofundamento nessa questão. Estou à disposição para discutir o assunto com quem desejar", afirmou.

Cristina Fontes (DEM) ressaltou que os proprietários se sentem invadidos pela Construtora, que coloca preço em suas casas e os desapropria. Cristina lembrou sobre o risco de acidentes ambientais trazido pela construção e disse que, em alguns casos, a rota do mineroduto foi desviada para favorecer alguns.

O presidente da Casa Dr. João Batista Teixeira (PR) declarou que os esclarecimentos foram valiosos e colocou o Legislativo Municipal à disposição para ajudar nas discussões.

